

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-10 – Informação e Memória

RETRATOS E TESTEMUNHOS NAS MEMÓRIAS DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA: UMA INTERPRETAÇÃO DO FILME RETRATOS DE IDENTIFICAÇÃO DIRIGIDO POR ANITA LEANDRO¹

Maria Guiomar da Cunha Frota - (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

PORTRAITS AND TESTIMONIES IN THE REPRESSION AND RESISTANCE MEMORIES: AN INTERPRETATION OF THE FILM PORTRAITS OF IDENTIFICATION DIRECT BY ANITA LEANDRO

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O documentário *Retratos de identificação* de Anita Leandro (2014) tem como centro os retratos e os testemunhos de quatro protagonistas que participaram dos movimentos de resistência ao golpe militar de 1964. O artigo apresenta uma interpretação do filme com o objetivo de problematizar a questão das relações entre os retratos da repressão e os testemunhos das vítimas, ao longo de um processo conflituoso de reconstituição das memórias. Considera-se que essa é uma problemática relevante no campo das pesquisas sobre Memória e Informação por abrir caminho para a reflexão sobre os arquivos e o lugar das imagens, dos testemunhos orais e dos documentos, na reconstituição da memória. A metodologia adotada está centrada na análise combinada de dados visuais e de testemunhos orais, a saber: os retratos de identificação dos presos, encontrados nos arquivos do DOPS/RJ e apresentados pela diretora Anita Leandro aos seus testemunhantes e os testemunhos das vítimas ao reverem os retratos. A conclusão principal é que os documentos da repressão e da resistência não podem ser considerados como fontes portadoras de verdade e de prova independentes dos contextos de produção e de reinterpretação. Assim os profissionais e os pesquisadores do campo da informação precisam de um olhar crítico e inquiridor sobre as múltiplas potencialidades dessa documentação para a efetivação da justiça transicional e a realização da pesquisa histórica.

Palavras-Chave: Memória; Documento; Documentário; Testemunho; Imagem.

Abstract: The documentary *Portraits of identification* direct by Anita Leandro (2014) is based on portraits and testimonies of four protagonists who participated in the military coup resistance movement's. The article presents an interpretation of the film with the objective of problematizing the question of relations between the portraits of repression and the testimonies of the victims, during a conflicting process of reconstituting memories. It is consider that this is a relevant problem in the field of research on Memory and Information for opening the way for reflection on the archives and

¹ O artigo é uma versão ampliada e adaptada de uma exposição que realizei, em 23/06/2017, para uma seção comentada do filme, exibido na VI Mostra de Cinema Documentário- A ditadura na Tela, promovida pelo Núcleo de História Oral da UFMG.

the place of images, oral testimonies and documents, in the reconstitution of memory. The methodology adopted combine analysis of visual data and oral testimonies, namely: identification pictures of prisoners found in the DOPS / RJ archives and presented by director Anita Leandro to her witnesses and the testimonies of the victims when reviewing the Portraits. The main conclusion is that the documents of repression and resistance can't be regard as sources of truth and evidence independent of production and reinterpretation context's. Thus, professionals and researchers in the field of information need a critical and inquiring view on the multiple potentialities of this documentation for the transitional justice implementation and the historical research.

Keywords: Memory; Document; Documentary; A testimony; Image.

1 INTRODUÇÃO

O documentário *Retratos de identificação*, dirigido por Anita Leandro (2014), tem como eixo os retratos de quatro protagonistas- Maria Auxiliadora, Roberto Espinosa, Chael Schreier e Reinaldo- que participaram dos movimentos de resistência ao golpe militar de 1964. Nas cenas do documentário são narradas e rememoradas as brutais torturas sofridas por eles ou pelos companheiros e também as dificuldades enfrentadas no período do exílio.

As chaves do filme são os retratos da repressão -retratos de identificação dos presos produzidos pelos órgãos da repressão- e os testemunhos da resistência - reinterpretações dos retratos por parte daqueles que foram vítimas da repressão e que se engajaram na luta armada pelo socialismo e contra a ditadura. O documentário, por sua qualidade e densidade, possibilita diversas reinterpretações, cada espectador pode ver, rever e recriar seus próprios retratos e impressões.

Nesse artigo o que se propõe é apresentar uma interpretação do filme que objetiva problematizar a questão das relações entre os retratos da repressão e os testemunhos das vítimas, ao longo de um processo conflituoso de reconstituição das memórias e de reconfiguração das identidades. Considera-se que essa é uma problemática relevante no campo das pesquisas sobre Memória e Informação por abrir caminho para refletirmos sobre os arquivos e o lugar das imagens, dos testemunhos orais e dos documentos, na reconstituição da memória.

Na segunda parte do artigo apresenta-se uma brevíssima contextualização do ano mais repressivo da ditadura, 1969 e são indicadas algumas perspectivas teóricas e metodológicas norteadoras da análise proposta. Na terceira é apresentada a análise do filme dividida em quatro partes, denominadas retratos. Na quarta parte apresento um retrato em aberto, uma síntese das recomendações oficiais sobre dois casos, incluídas no relatório da Comissão Nacional

da Verdade (2014) e na quinta algumas conclusões sobre as relações entre memória e identidade, testemunho e documento.

2 BREVÍSSIMA CONTEXTUALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

O documentário é formado essencialmente pelos testemunhos atuais de Roberto Espinosa e Reinaldo, dados especialmente para o mesmo (2014) e pelo testemunho de Maria Auxiliadora prestado quando ela se encontrava exilada no Chile, em 1971. As primeiras cenas resgatam a prisão de Roberto Espinosa, Maria Auxiliadora e Chael Schreier e a morte desse último em decorrência das torturas sofridas.

A prisão dos três jovens ocorreu em 1969, logo após a decretação do AI-5, o ato institucional mais repressivo da ditadura, firmado por tempo indeterminado, por ele era permitido cassar mandatos parlamentares, demitir funcionários, prender sem direito ao habeas corpus e os réus julgados pelo Tribunal Militar, não tinham direito à recurso. O AI-5 demarcava, segundo Alves (1984) o início do ciclo mais violento da ditadura: milhares de funcionários foram expurgados, militares contrários ao regime foram punidos e presos, professores e estudantes foram perseguidos, o congresso ficou quase um ano fechado, a imprensa estava fortemente censurada e a violência física, antes concentrada nos trabalhadores e camponeses, se estendeu a todas as classes. Diante desse quadro de extremo controle e vigilância, se ampliou a opção pela luta armada, as organizações de esquerda radicalizaram suas ações. Alves (1984) cita algumas das ações mais impressionantes no campo da luta armada:

[...] o assalto ao depósito de armas do 4º. Regimento de infantaria em São Paulo, pela Vanguarda popular Revolucionária(VPR), comandado por Carlos Lamarca, a ocupação da Rádio Nacional, também em São Paulo, por Mariguela e o sequestro do embaixador americano, Charles Eubrick, pela Aliança Libertadora Nacional(ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Março(MR-8) (ALVES, 1984, p.157).

Como reação a Junta Militar cria a Lei de Segurança Nacional e outorga a Constituição de 1969 (ALVES, 1984, p.158). Com base nessas leis e na estrutura que tinha como eixo o Serviço Nacional de Informações entrava em operação um extenso aparato repressivo e de vigilância que dizimou as organizações clandestinas e movimentos da luta armada por meio do uso intensivo das prisões e torturas. As organizações reagiram promovendo ainda mais três sequestros, o último foi o do embaixador da Suíça (ALVES, 1984, p.160), ao qual se referem no documentário Roberto Espinosa e Reinaldo. A VAR-Palmares, organização à qual pertenciam

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Maria Auxiliadora e Roberto Espinosa, resultou da fusão da COLINA com a VPR de Lamarca. Em sua primeira direção, Roberto Espinosa partilhou o comando justamente com Lamarca.

A luta armada, conforme Alves (1984), estava concentrada nas áreas urbanas, as organizações eram compostas principalmente por estudantes e influenciadas pela

[...] teoria do foquismo, segundo a qual ações isoladas de pequenos grupos militantes poderiam desencadear a revolução na América Latina. Além disso, a ilimitada violência associada ao AI5 convenceu muita gente de que a ditadura estava àquela altura tão firmemente implantada que só poderia ser derrubada pela força das armas (ALVES, 1984, p. 141-142).

Para subsidiar a compreensão dos testemunhos do documentário, no plano teórico, recorre-se a Paul Ricoeur que mostra como testemunhos antecedem os arquivos e seus documentos, nos termos do autor

Será preciso não esquecer, contudo, que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos (RICOEUR, 2007, p.156).

Ricoeur (2007) argumenta que a força do testemunho reside no seu vínculo com a testemunha, essa se apresenta como alguém que lá estava, que vivenciou ou foi vítima daquilo que narra. Mas a credibilidade da narrativa depende de quem ouve, de quem recebe, se opõe ou se identifica com os testemunhos e os testemunhantes. Em um segundo plano, nas operações historiográficas ou jurídicas, o testemunho é inscrito nos documentos e também contraposto aos documentos do arquivo e aos outros vestígios não escritos e não orais do passado.

Ainda no plano teórico são mobilizadas concepções distintas de identidade para interpretar as articulações entre testemunhos, documentos e memória:

- 1) Identidade no sentido essencialista: “baseia-se na convicção de que existem certos traços e características comuns que todos possuem e que não se alterariam com o passar do tempo” (GADEA, 2015, p.438)
- 2) Identidade no sentido não essencialista: “baseia-se na ideia de que o significado atribuído pelos indivíduos muda ao longo do tempo. A Identidade tem como base o seu caráter relacional e é resultado do jogo simbólico pelo qual ela é representada” (GADEA, 2015, p. 438-439).

Com base nessas definições, o pressuposto inicial formulado é que nos planos da repressão e da resistência, ao longo dos processos de reconstituição das memórias, emergem identidades distintas e em conflito.

Além dessas perspectivas teóricas mencionadas, considera-se essencial para a interpretação proposta, mobilizar uma metodologia de análise de dados visuais, uma vez que se trata da leitura de um documentário e que o mesmo tem com eixo os retratos. Assim as imagens- dos retratos e dos testemunhos incluídas no documentário - são consideradas não um registro neutro de coisas ou fatos, mas representações de pessoas e eventos. Recorre-se então a BANKS (2009 p.56) que advoga uma análise interpretativa da imagem que inclua “o seu contexto social”, ou seja, a sua produção e o seu consumo. BANKS (2009) tomando como referência o campo dos estudos culturais (visuais) aponta que: “o contexto no qual uma imagem é encontrada não é apenas algo a ser levado em conta posteriormente: o ‘significado’ da imagem e o ‘significado’ do contexto são mutuamente constitutivos.”(p.60). Na metodologia de análise visual do documentário são considerados três contextos. O primeiro é o contexto da repressão policial no qual as fotografias dos presos foram produzidas como parte do sistema de controle dos presos. O segundo contexto é o arquivo do DOPS/RJ no qual os retratos e fichas ficaram guardados até que com a democratização foram liberados para a consulta, após longo processo de pressão e produção de legislação regulamentadora do acesso. E finalmente, o terceiro contexto é o do documentário com o de uso das fotografias associadas aos testemunhos das vítimas. O método utilizado pela documentarista é denominado de método de foto-elicitación que consiste na exposição de imagens para um depoente no sentido de reavivar-lhe a memória estimulando-o a rememorar experiências passadas.

Em síntese a metodologia adotada para essa interpretação está centrada na análise combinada de dados visuais e de testemunhos orais, a saber: os retratos de identificação dos presos, encontrados nos arquivos do DOPS/RJ e apresentados pela diretora Anita Leal aos seus testemunhantes e os testemunhos das vítimas ao reverem os retratos. O documentário inclui ainda cenas de outros documentários produzidos no contexto da ditadura e fotografias dos exilados tomadas no aeroporto do Galeão. Nesse artigo o que se ressalta são os relatos e as reações dos testemunhantes ao manusearem seus retratos de identificação.

3 RETRATOS DA REPRESSÃO E TESTEMUNHOS DA RESISTÊNCIA

Os retratos de identificação do DOPS/RJ estruturam todo o documentário são, portanto, adotados como enquadramentos. Dois testemunhos tomados por Anita, o de Roberto e o de Reinaldo, têm o mesmo enquadramento dos retratos, o busto de frente sob um fundo branco.

Os retratos, tomados de frente e de perfil, seguem um formato utilizado pela polícia, desde o final do século XIX e início do século XX, para identificar criminosos e facilitar a sua captura². Durante a ditadura como informa o documentário os retratos eram parte do conjunto de procedimentos para vigiar os suspeitos, registrar os presos políticos e divulgar suas imagens para facilitar sua localização e prisão, por meio de denúncias. Eram assim apresentados nos cartazes de procurados, como perigosos terroristas e assassinos que ameaçavam as famílias.

No entanto os retratos ao serem vistos e reinterpretados pelas vítimas da repressão, em outro contexto, distinto do da sua produção, se transformam em imagens de denúncia e de resistência. Os retratos perdem sua estrutura, sua moldura original quando ganham voz nos testemunhos.

Os testemunhos de Roberto e de Reinaldo se constituem a partir do momento em que veem os seus próprios retratos e os dos companheiros. Tratam-se de testemunhos que não reproduzem os fatos, mas sim nos transmitem uma versão, uma releitura emotiva, viva e subjetiva dos acontecimentos ao serem reinterpretados por aqueles que os vivenciaram, 40 anos depois.

Os testemunhos de Maria Auxiliadora foram feitos em 1971, dois anos após sua prisão, quando se encontrava no exílio no Chile e são parte de dois documentários: o de Pedro Chaskel e Luiz Alberto, intitulado “Não é hora de chorar” e o de Saul Landal e Haskell Wexler, “Brazil on report on torture.”

A partir dos retratos e testemunhos registrados por Anita Leandro, o documentário foi dividido em quatro partes, denominadas retratos de identificação, para possibilitar uma análise nas cenas destacando algumas imagens e trechos dos testemunhos, bem como os documentos utilizados.

² Sobre os retos de identificação ver SCORSATO (2012).

3.1 Retratos de Identificação 1 - Resistência e Prisão (DOPS/RJ)

No início do documentário, onde se apresenta a narrativa da prisão no DOPS/RJ, ocorrida em 21/11/1969, já se pode fazer um contraponto entre os retratos de identificação na perspectiva policial e na das vítimas. Aos retratos, tirados de frente e de perfil, somam-se fichas de identificação na quais os três jovens presos são classificados como pertencentes a grupos subversivos terroristas e recebem um número: 12143- Maria Auxiliadora Lara Barcelos, 24 anos, estudante de medicina; 12144-Antônio Roberto Espinosa, 23 anos, estudante de filosofia e 12145- Chael Charles Schereier, 23 anos, estudante de medicina.

No testemunho de Roberto Espinosa, ao ver seu retrato de identificação, ele nega a denominação de terrorista imputada pela repressão e reforça a imagem da luta. Logo após o cerco ao apartamento no qual moravam os três, preso no camburão- no meio do tiroteio, no qual Maria Auxiliadora e Chael trocavam tiros com a polícia- Roberto percebe que moradores da favela vizinha (Linz de Vasconcelos) haviam descido para ver o que acontecia e reafirma a identidade do grupo em contraponto àquela que eles provavelmente veriam divulgada no jornal: “aí dentro do camburão eu comecei a fazer discurso, companheiros favelados amanhã vocês vão ver que eles disseram que pretenderam dois terroristas, estávamos aqui lutando por vocês, lutando pela igualdade, aí começavam as balas de novo.”(RETRATOS, 2014).

Maria Auxiliadora reafirma a identidade guerrilheira do grupo, cita como reagiram a prisão, menciona as diversas armas que tinham (uma pistola 45, bombas de fabricação caseira, etc.) e identifica para quais ações as mesmas seriam utilizadas

[...] todo esse material que se utiliza na guerrilha urbana, em ações de propaganda armada, de tomada de fábrica, de defesa, de comício de esclarecimento político nas fábricas, de expropriação, de retirada do dinheiro que pertence ao povo e que está nas mãos da burguesia, todo esse tipo de material utilizado nós tínhamos em casa (RETRATOS, 2014).

O relato de Maria Auxiliadora é intercalado por fotos das armas provenientes do arquivo do DOPS/RJ. Assim a cena da prisão é reconstituída em duas versões, prisão de terroristas na perspectiva da repressão, prisão de guerrilheiros que lutavam pela igualdade na perspectiva da resistência.

3.2 Retratos de Identificação 2 - A tortura no DOPS/RJ e na Vila Militar

Depois da prisão no DOPS/RJ Maria Auxiliadora, Roberto Espinosa e Chael foram transferidos para a Companhia da Polícia do Exército na Vila Militar. Na tela surgem então novos

retratos de identificação, os três jovens de frente e de perfil, para a repressão três números, para os jovens a tortura e a resistência, como reproduzimos na Figura 1 a seguir:

Figura 1: Retratos de identificação DOPS/RJ.



Fonte: Retratos, 2014.

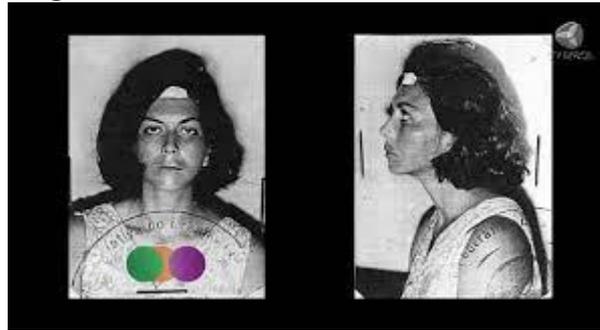
Assim os retratos de identificação para a repressão se transfiguram na palavra dos testemunhantes em provas da tortura brutal.

Maria Auxliadora, no Chile, apenas dois anos após sua prisão e brutais seções de tortura (1971), oferece seu relato impregnado de dor e com enorme esforço cumpre a obrigação militante de denunciar relatando minuciosamente a violência sofrida por ela e pelos companheiros, que transcrevo parcialmente no trecho a seguir:

[...] eu fui colocada nua em uma sala com cerca de 15 homens da polícia, fui espancada, recebi bofetadas, cerca de vinte bofetadas, me deformaram todo o rosto, eles falaram mesmo que queriam me mudar, o rosto. (...) Depois disso colocaram uma música numa altura impressionante, música de macumba, e, à medida que tocavam a música, espancavam meus companheiros e a mim. E estavam completamente excitados, e alegres e satisfeitos, como se fosse uma festa. Eles falaram que iam me matar em nome do esquadrão, que ia ser numa estrada deserta, tentavam me enforcar, golpes de pescoço, punham a pistola no meu ouvido, esse tipo de coisa (RETRATOS, 2014).

No meio do relato há uma interrupção e são incluídas as fotos que revelam as marcas da tortura, como se constata na Figura 2 a seguir:

Figura 2: Maria Auxiliadora: marcas da tortura.



Fonte: Retratos, 2014.

Roberto Espinosa, 40 anos depois, também nos oferece seu retrato das torturas sofridas por ele e pelos companheiros, a marca aqui é o sangue, palavra forte e que demarca para ele os tempos da violência sofrida:

[...] nos fomos no mesmo carro eu com a mesma calça ensanguentada
[...] Depois na Vila Militar na PE, essa calça ficou guardada. Quando me transportaram para São Paulo, eles me entregaram a calça, eu vesti a calça, só que ela parava em pé [...]. Na PE fiquei nu, os 29 dias que eu fiquei lá (RETRATOS, 2014).

Na viatura, quando foram transportados juntos para a Vila Militar, Roberto relata que eles se perguntavam se alguém havia falado algo, todos negam e eles resolvem, “vamos continuar assim” (RETRATOS, 2014).

Os relatos das torturas sofridas, no DOPS/RJ e na Vila Militar, ocupam uma parte extensa do documentário, mas as marcas da extrema brutalidade e violência não são registros totais, nos relatos de Maria Auxiliadora e de Roberto e nas fotografias, outras marcações emergem: o desejo de luta, a reafirmação de ideais motivadores das ações, a lealdade aos companheiros e coragem e persistência no ato de denunciar.

3.3 Retratos de Identificação 3 - A morte de Chael e a trama entre os relatos e os documentos

Com os retratos do companheiro Chael nas mãos Roberto se movimenta, ajeita o corpo e, diante do enquadramento branco ao fundo, nos narra a morte do companheiro. Ele começa recordando quando e como Chael chegou à casa na qual moravam, ele e Chica (codinome de Maria Auxiliadora), o regime que Chael fez para poder participar da luta, só comia água e alface e havia emagrecido uns 40 kilos. Nesse ponto o documentário interrompe o relato e mostra fotos de Chael e o o cartaz de procurado com as inscrições: “Terroristas assassinos procurados. Depois de terem roubado e assassinado vários pais de família, estão foragidos. Avise o primeiro

policial que encontrar se você suspeitar da presença de um dos procurados. Ajude-nos a proteger sua própria vida e de sua família” (RETRATOS, 2014).

Roberto narra então a tortura coletiva sofrida pelos três e por fim o ato de resistência de Chael que se reusa a violentar Maria Auxiliadora e morre vítima de uma cacetada no peito, seguida de choques e inúmeras torturas: “ aí esse cabo Mendonça vem e dá uma coronhada no peito, no meio do peito. Só que não morreu na hora, depois foi para a sala, tomou choque [...] Ele perdeu a consciência, isso durou um tempo (RETRATOS, 2014).

Intercalam-se então no documentário, os dois depoimentos de Maria Auxiliadora e de Roberto, que em diferentes tempos, rememoram a morte do companheiro com a mesma lembrança, a do silêncio: Auxiliadora- “aí continuou a tortura, quando foi umas sete horas, fez um silêncio completo nas salas”. Roberto “os gritos de Chael cessaram, a voz da Maria Auxiliadora eu não ouvi mais” (RETRATOS, 2014).

Roberto narra então a trama montada pela família de Chael para comprovar a tortura e produzir um laudo distinto daquele escrito pelo inquérito policial militar (IPM) e assinado por Celso Laurio. Aquele que, segundo Roberto, foi depois chamado para depor na Comissão de Verdade e se recusou a comparecer.

A família faz o velório a portas fechadas, lá abre o caixão, médicos fazem nova autópsia e dois repórteres da Veja produzem uma reportagem, que se torna uma das primeiras denúncias de tortura nos meios de comunicação de massa.

Roberto interpreta essa reportagem como sua salvação:

[...] então foi o primeiro caso de tortura documentado e divulgado pela principal revista do país. Isso criou uma situação que me preservou. Eu acho que preservou também a Maria Auxiliadora, mas preservou principalmente a mim. Então eu acho que a morte de Chael me salvou. Por que aí já sabiam quem era Espinosa, o comandante nacional, só que o cara foi morto com ele, enfim o morto das torturas, amplamente conhecidas pela classe média brasileira inteira. Aí matar o outro fica complicado” (RETRATOS, 2014).

Roberto relata então os nomes dos torturadores e esclarece que naquele momento eles torturavam fardados com o nome no peito e que após a OBAM ficou diferente, todos os agentes tinham um nome de guerra e no DOI-CODI também, nomes e patentes eram alterados para evitar a identificação.

Destaca-se em relação ao caso da morte de Chael que sua família pode realizar a autópsia porque sabia da existência da prática de tortura e isso naquele contexto só foi possível por testemunhos dados por sobreviventes e por exilados. Assim foram esses testemunhos que

permitiram checar e contrapor-se a versão oficial, que documentava, no laudo médico, como causa da morte, os ferimentos ocorridos em confronto com a polícia no momento da prisão.

O retrato-relato de Roberto finaliza com seu último encontro com Chica, quando sai da OBAM em São Paulo e vai a marinha no Rio de Janeiro, lá reencontra Chica que lhe pede em casamento, mas depois ela é trocada pelo embaixador Suíço e vai para o exílio no Chile.

3.4 Retratos de Identificação 4 - Reinaldo e Maria Auxiliadora no Exílio

A trajetória do exílio de Maria Auxiliadora no Chile e na Alemanha culmina com seu suicídio, em 1976, e é narrada pelo seu companheiro de exílio Reinaldo Guarany Simões. Reinaldo era membro do grupo armado da ALN e conheceu Maria Auxiliadora no aeroporto do Galeão quando estavam saindo do país na condição de banidos.

A cena se inicia com Reinaldo, sentado sob um fundo branco, manuseando os retratos que registram a saída do “grupo dos 70”, jovens trocados pelo embaixador suíço, no aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro (9 a 13 de janeiro de 1971). O sequestro do embaixador durou 42 dias, segundo Reinaldo, as organizações naquele momento estavam combatidas (ALN, VPR, MR8) e por isso Mariguela havia sido contra o sequestro.

Reinaldo recorda a sua imensa expectativa, preso aguardando a lista dos que seriam trocados, mas relata também a enorme tristeza pela notícia da morte sob tortura, do companheiro de luta Aldo de Sá Barreto: “eu tava na euforia de sair, sabendo que a minha vida tava sendo salva, quando eu soube da morte dele, uma morte de alguém que é quase sangue do teu sangue” (RETRATOS, 2014) Mas também reinterpreta a foto como um momento de celebração: “ talvez eu deva considerar essa foto meu segundo nascimento. Porque realmente eu não teria sobrevivido, ou teria, sei lá” (RETRATOS, 2014). Isso por que Reinaldo havia sido condenado a pena de morte pelo Tribunal de Justiça Militar, conforme inscrito da ficha incluída no documentário.

Nesse ponto o documentário inclui um outro documento importante - o Decreto de banimento, decreto número 68.050 de 13/01/71. Por esse decreto os 77 exilados eram considerados como elementos perigosos banidos do território nacional.

Diante das fotos do Galeão, produzidas pela repressão, Reinaldo descreve os companheiros de luta, conta e cita os nomes das mulheres que eram minoria, eram onze, fala do momento em que viu e conheceu Maria Auxiliadora, da sua beleza e imponência: “A Dora

chegou de Minas e me chamou a atenção pelo fato de ser muito bonita. Ela tinha uma presença” (RETRATOS, 2014)

Reinaldo relembra a humilhação de permanecerem os presos três dias algemados dois a dois e de viajarem também algemados com dois policiais um de cada lado. Mas Reinaldo também sai do enquadramento imposto pelos policiais, que fizeram as fotos e nos relata também o gesto de resistência e protesto, quando levantam o braço com a mão fechada: “gente eu gostaria de saber quem é esse com os braços levantados [...] o bate pau do DOI-CODI ai lá dando porrada para baixar o braço. [...] Era um gesto de desafio porque todo mundo alí era da repressão, não tinha ninguém, tinha jornalistas muito afastados” (RETRATOS, 2014).

O gesto de resistência pode ser visto na Figura 4, incluída a seguir:

Figura 4: O grupo dos 70 no Galeão.



Fonte: Retratos, 2014.

Após o golpe no Chile, Reinaldo e Maria Auxiliadora, passam pelo México, França e Bélgica, sempre sem documentos e vão finalmente para Alemanha, são aceitos no país com restrição, ou seja, na condição de apátridas, não podem deixar Berlim, como demarca e inscreve Anita nas legendas das fotos de ambos, incluídas no documentário.

Reinaldo finaliza seu testemunho com o relato mais doloroso, os últimos dias antes do suicídio de Auxiliadora, ele então sai do enquadramento, vacila e diz para Anita, não dou conta. A tela permanece em branco durante uns 30 segundos e esse é sem dúvida um dos momentos mais impactantes do filme. O momento do não dito, do desejo de esquecimento. Mas Reinaldo retorna e continua, narra os pesadelos da companheira, o café da manhã juntos, a despedida e

a morte nos trilhos do trem, finaliza expressando a culpa que sente: “eu devia ter pedido socorro.” (RETRATOS, 2014).

3 UM RETRATO EM ABERTO: AS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A Comissão Nacional da Verdade foi criada em 2011 com o objetivo de recuperar as violações de direitos humanos ocorridas principalmente entre 1964-1984. Em seu relatório (2014), no terceiro volume, a Comissão incluí sobre todas as vítimas (mortos e desaparecidos) uma biografia, uma síntese das violências sofridas, o nome dos responsáveis pelas mesmas, com a indicação de uma cadeia de comando, as recomendações relativas ao caso e as fontes consultadas.

Assim para finalizar essa análise são citadas as recomendações que constam no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade em relação aos casos de Maria Auxiliadora e de Chael,

O local da morte de Chael foi o Quartel da 1ª Companhia da Polícia do Exército da Vila Militar, no Rio de Janeiro e a cadeia de comando identificada no relatório inclui os seguintes nomes:

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici;
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel;
Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Ramos Sarmento; Chefe da 1ª Divisão de Infantaria: general de Brigada João Dutra de Castilho e o Comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar: major Ênio Albuquerque Lacerda (CNV, 2014, p.376).

As recomendações da CNV para o caso de Chael foram as seguintes:

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Chael Charles Schreier morreu em consequência de tortura praticada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964, restando desconstruída a versão oficial divulgada à época. Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Chael Charles Schreier e indicação e retificação da real causa mortis, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos (CNV, 2014, p.378).

Apesar de Maria Auxiliadora ter morrido na Alemanha, em decorrência do suicídio, a CNV considera que o mesmo foi consequência das terríveis torturas que sofreu quando esteve presa, cujas lembranças a perseguiram durante toda a vida. Desde modo aponta seus torturadores como responsáveis por sua morte e também estabelece uma cadeia de comando:

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici;
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel;
Comandante do I Exército: general de Brigada Syseno Ramos Sarmento;
Comandante da 1ª Divisão de Infantaria: general de Brigada João Dutra de
Castilho; Comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar:
major Ênio Albuquerque Lacerda (CNV, 2014, p.1848-1849).

O relatório enfatiza essa responsabilização incluindo um testemunho de Roberto Espinosa sobre as mortes de seus companheiros

[...] eu imputo a esses massacres tanto a morte do Chael, cerca de 20 horas depois de torturas continuadas, como a morte da Maria Auxiliadora, sete anos depois disso, na Alemanha. Eu imputo isso também à desagregação psíquica que ela sofreu em consequência dessas violências, que não foram apenas as violências de natureza física, foram também as violências de natureza moral e psicológica (CNV, 2014, p.1849).

Cabe esclarecer que a indicação dos responsáveis pelas torturas, mortes e desaparecimentos representa que o Estado assume oficialmente as violações cometidas e as responsabilidades dos seus agentes pelas mesmas. No entanto, esse procedimento não garante um processo de responsabilização no campo judicial, o que indica que a nossa transição permanece incompleta, em aberto.

5 CONCLUSÕES

O contraponto entre os retratos da repressão e os testemunhos apresentados no documentário possibilita concluir que os documentos do período do regime militar não podem ser considerados como fontes portadoras de verdade e de prova independentes dos contextos de produção e de reinterpretação. O testemunho, de Maria Auxiliadora, registrado no contexto da repressão (1971) é em muitos aspectos reforçado pelos testemunhos contemporâneos, de Reinaldo e de Roberto Espinosa, registrados no documentário (2014) e no relatório da CNV (2014). Nos distintos contextos os atores da resistência se contrapõem à imagem de terroristas imputada pela repressão e se reafirmam como guerrilheiros que lutavam por uma causa. No plano oficial a CNV legitima a perspectiva da resistência. Assim os profissionais e os pesquisadores do campo da informação precisam de um olhar crítico e inquiridor sobre as múltiplas potencialidades dessa documentação para a efetivação da justiça transicional e a realização da pesquisa histórica.

No plano teórico considera-se que é possível configurar e distinguir duas perspectivas distintas nos planos da repressão e da resistência. A repressão se apega a identidade permanência, quer isolar, minar, congelar, aprisionar, nos retratos de identificação e por meio

da tortura brutal e do assassinato, as identidades dos jovens guerrilheiros. Assim os classifica como terroristas e subversivos. Mas eles resistem suas identidades não são essencialistas, são sociais, culturais, identidades em movimento, marcadas pelas rupturas, pelo pertencimento ao grupo, pela crença na sociedade e na igualdade e mais fortemente pelas violências sofridas e por suas lutas, expressas nos seus corajosos testemunhos. Os testemunhos, ofertados pelas vítimas e por nós reinterpretados é que possibilitam colocar em movimento as identidades antes imobilizadas pela repressão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL/COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório final**, vol.3, 2014. 1996PP.

GADEA, Carlos A. Identidade Social. In: GIOVANNI e NOGUEIRA. **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Fundap/UNESP, 2015.

RETRATOS de identificação. Direção: Anita Leandro. Rio de Janeiro, 2014. 73min. Son, Color, Formato: DVD.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007. 535p.

SCORSATO, Helen. **O uso da fotografia em processos de identificação e o método Bertillon – século XIX**. ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRPyB- Año IV - Diciembre 2012 - Nº 9 – ISSN. 5317. Uruguay. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/edicion9/eh0911.pdf>>.